

Resumo

Este texto apresenta parte do projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás*¹. Sendo este um plano de atividades que visa a valorização, resguardo, manutenção e pesquisa dos elementos arqueológicos, assim como a adequação para o uso museológico e turístico deste patrimônio cultural. Além da elaboração e aplicação de um programa administrativo e um conjunto de procedimentos para a criação no local de um parque cultural.

Abstract

This paper presents part of the project *Lavras do Abade: strategies of management for the historical archaeological patrimony in Pirenópolis, Goiás*. It is a plan of activities that aims the valuation, defense, maintenance and research of the archaeological elements, as well as the adequacy for a museum and tourism use of this cultural patrimony. Besides, the elaboration and application of an administrative program and a set of procedures for the creation of a cultural park in this place.

Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio.

Diogo Menezes Costa²

Introdução

As *Lavras do Abade* são um sítio arqueológico histórico formado pelos remanescentes da atividade mineira aurífera realizada durante o final do século XIX na serra dos Pirineus, estado de Goiás, Brasil.

O projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás* é um plano de atividades que tem por meta propor estratégias e ações de uso para o sítio, que visem minimizar os impactos turísticos na área, a formalização de roteiros de musealização do local e estabelecer condições para uma exploração científica aprofundada.

Temos que ter em vista que a gestão de um bem arqueológico não encerra-se somente na estatização do mesmo, ou como usualmente feito, nos simples e automatizados empreendimentos de “resgate de um sítio”. E sim, em um processo de imposição de planejamentos conscientes através de estratégias e ações previamente formuladas e que possuem um objetivo claro e definido para uso e resguardo do patrimônio.

Assim os referenciais culturais relacionados ao sítio podem ser caracterizados nas seguintes formas: (1) *elementos arqueológicos* – que estão consolidados através dos vestígios e das estruturas remanescentes na área, (2) *elementos museológicos* – expostos nas diversas fontes escritas, iconográficas e orais, primárias ou secundárias, sobre a história do lugar e (3) *elementos turísticos* – representados através dos recursos naturais e culturais identificados e associados a paisagem do sítio.

O sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* possui um potencial de enorme singularidade e excepcionalidade. Apresentando uma série de características próprias e inerentes como: a época em que foi implantado, o objetivo do empreendimento, os recursos mobilizados, a efemeridade da ocupação, o tipo de relação com os arraiais do entorno, o fim trágico da vila, o personalismo de seus ocupantes, as atividades desenvolvidas interna e externamente, a riqueza dos vestígios, o estado de preservação e o grau de informação do monumento.

Uma Breve Revisão Historiográfica da Mineração

“As conseqüências sociais e econômicas que resultam do estabelecimento da garimpagem numa determinada região se repercutem muito além dos garimpos em si mesmos, mas um bom ponto para começar é com o efeito da corrida do ouro numa economia local quando a garimpagem se desencadeia numa determinada área. Muitos comentaristas registram que a garipagem estimula as economias locais, mas a rica e diversa série de estímulos que ela provoca não foi nem extensamente descrita nem totalmente apreciada” (CLEARY, 1992:199).

A história da mineração no Brasil sempre esteve associada com a própria história de espoliação colonial do país, iniciada com extrativismo do Pau-brasil, passando para as grandes *plantations* de cana, seguindo pela procura de metais e pedras preciosas e encerrando este aparente ciclo com a produção de café e o ensejo da industrialização.

O início da mineração do Brasil ocorre nas primeiras catas ou garimpos implantados em São Paulo, em São Vicente, e no Vale da Ribeira por bandeirantes paulistas que depois espalham-se por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A exploração neste primeiro momento concentra-se nos leitos dos rios e nas margens, com a utilização de trabalho escravo, para depois seguir pelas encostas até alcançar o topo dos morros.

Nos rios, o ouro e os diamantes dos aluviões eram retirados manualmente, com pás, lançando-os em calhas para depois serem bateados (lavados e peneirados), enquanto que o cascalho proveniente do leito era descartado em acúmulos próximos ao local de extração. Quanto aos veios horizontais que penetravam as encostas, estes eram perseguidos por galerias escavadas com ponteiros e malhos de ferro e, quando necessário, também com o auxílio da pólvora. Os poços verticais ou inclinados acompanhavam as camadas ou veios verticais, perfurados de mesma forma, sendo o minério içado em baldes de madeira por sarilhos manuais. As aberturas eram estreitas e pouco iluminadas, o que dificultava o trabalho e causava vários danos à saúde dos escravos. A falta de conhecimento geológico também dificultava todavia o trabalho. “*As ferramentas utilizadas para a extração do minério eram rudimentares e pouco resistentes, feitas normalmente de ferro caldeado ou forjado, e até o século XIX, produzido quase que com exclusividade nas forjas catalãs em Minas Gerais*”(GERMANY, 2002).

As primeiras explorações em lavras, utilizando instrumental sofisticado, foram as de ouro iniciadas em 1819 com a abertura da Mina da Passagem, em Mariana, Minas Gerais pelo Barão de Eschwege (ESCHWEGE, 1978). A exploração das lavras ocorria em depósitos localizados nas encostas de serra, ou mesmo na parte superior dos morros.

Já as operações com *talho aberto*, caso das *Lavras do Abade*, é uma variante da exploração em lavras e utilizava o desmorte hidráulico - tipo específico de maquinário. Estas operações, além de terem alto custo devido ao elevado consumo de energia, também eram consideradas extremamente poluidoras exigindo cuidados especiais em sua aplicação. “*Tais trabalhos eram dispendiosos, pois requeriam a condução da água de locais às vezes muito distantes. Outro problema sério eram os constantes desmoronamentos*” (Companhia Vale do Rio Doce, 1992:56). Os exemplos mais antigos no Brasil de uso do desmorte hidráulico são as lavras de cassiterita e tantalita em São JoãoD’el Rey em Minas Gerais. Este tipo de exploração torna-se de uso comum a partir do final do século XIX, com a entrada em cena das companhias de mineração estrangeiras que trouxeram inovações tecnológicas e investimentos ao Brasil. “*Os anos 1880 marcaram a entrada de capitais franceses na mineração brasileira*” (CVRD, 1992:120). Mas apesar desta “percepção” a respeito da exploração aurífera no final do século XIX no país, boa parte da historiografia a respeito do assunto não contempla a instalação da Companhia Prado nas *Lavras do Abade* em Pirenópolis, Goiás. “*A produção aurífera de Mato Grosso e Goiás foi insignificante ao longo de todo o século (XIX), limitando-se praticamente ao ouro de aluvião retirado por fiscadores*” (CVRD, 1992:122).

“Em Goiás, a mineração de morro quase não foi praticada. Saint-Hilaire afirma que aqui só se exploraram as formações superficiais, sem nenhum tipo de instalação permanente, de tal forma que uma nova redistribuição das terras auríferas a companhias, que ele propunha como único meio de revitalização, não encontraria obstáculos por parte de direitos adquiridos, o que já não ocorria em Minas. Concorda com essa afirmação a de Eschwege, embora de maneira mais genérica: “com efeito”, escreve de Goiás, “as rochas ainda estão intactas, e em sua maioria os sítios auríferos só foram trabalhados na superfície” (PALACÍN, 2001:65).

Portanto para um melhor aprofundamento no contexto da mineração em Goiás no final do século XIX, devemos primeiramente retornar a própria historiografia do estado e investigar quais as causas do desconhecimento, senão sonegação, de tal assunto. Desta forma, elabora-se uma visão mais completa do período e do espaço nos quais o nosso objeto de estudo, as *Lavras do Abade*, está implantado.

Opulência e/ou Decadência no Brasil Central ?

“ O século XIX em Goiás foi um momento bastante complexo, e, por vezes, isso tem causado problemas para seu estudo” (RIBEIRO, 2001: 26).

É através da busca de uma solução para esta acertiva, que esta pesquisa constitui-se em uma forma de pensar a história de Goiás não só pelos valores já aprendidos, mas pelas brechas deixadas no transcorrer do dia-a-dia, na prática cotidiana, no fazer inconsciente do homem comum. O Goiás do final do século XIX e início do século XX é uma região que torna-se palco de inúmeras transformações econômicas e sociais, e que mesmo longe dos centros costeiros recebe o choque das modificações da época. Transformações estas que podem ser apreendidas na colocação a seguir.

“Esse também foi o período de maior expansão do imperialismo europeu. As concepções de civilização e cultura, ligadas à expansão econômica européia, causaram impactos profundos nas sociedades dominadas e implicaram a criação de mecanismos que reproduziam as relações de poder e alteraram não só as estruturas mas a vida quotidiana nessas regiões. Foram importadas doutrinas sociais, filosóficas e científicas, padrões de comportamento e higienização, bem como modelos de organização familiar” (RIBEIRO, 2001: 47).

Mas antes de prosseguir, façamos um retrospectiva rápida sobre esta região, que vai ter ao longo do século XVIII uma colonização irregular e instável, iniciada com a descoberta do ouro, e durante o século XIX, um crescimento vagaroso, desta vez movido pela pecuária e agricultura; e, a partir do início do século XX, torna-se palco de modificações políticas profundas, no estado e no país.³

O passado do ouro lega um período de aparente fausto, iniciando com a chegada dos primeiros bandeirantes até o esgotamento dos veios auríferos. A exploração do sertão inicia-se com as primeiras entradas promovidas por paulistas e jesuítas, tanto em busca de riquezas minerais como de mão-de-obra indígena. O povoamento segue o barulho das bateias, e a agricultura e a pecuária executadas na época são de subsistência. A disputa pelas lavras é travada tanto internamente entre senhores de mina, como externamente por paulistas e portugueses, enquanto o desvio do “direito senhorial” sobre o ouro torna-se corrente pelas vias fluviais e caminhos.

A sociedade fundada sobre o “vil metal”, que se estrutura nas minas, é caracterizada pelo relaxamento de costumes, pela violência e direitos diferenciados. Alicerçada entre os possuidores de liberdade e os que não a possuem, dois elementos são fundamentais, de um lado o mineiro e do outro o escravo.

“Ser mineiro era a profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiros, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada. Mesmo após muitos anos de decadência da mineração, esta continuava a ser a forma de pensar do povo em Goiás.

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

Isto explica que, além da mineração, não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas auríferas. (...) A vida do escravo nas minas era extraordinariamente dura. Em primeiro lugar, todos os males do garimpo: trabalho esgotador, má alimentação (os escravos alimentavam-se quase que exclusivamente de milho) e graves doenças (reumatismo, pelo contínuo trabalho com os pés na água, doenças da coluna e dos rins, pelo trabalho curvado com o sol nas costas, enfermidades venéreas e verminoses etc). A isto há de se acrescentar os males da falta de liberdade: arbitrariedades, castigos. Eram considerados mais como coisas que como pessoas” (PALACÍN, 2001:19-34).

A persistência do contrabando e as lutas internas levou o governo de São Paulo a solicitar, junto à coroa, que fosse criada a capitania de Goiás. A ineficiência dos registros e de outras medidas coercitivas ao contrabando e a esperança de arrecadações mais vantajosas provocam a substituição do quinto pela capitação. O novo imposto obedecia a porcentagens variáveis de acordo com o número de escravos.

Os casamentos eram raros, predominando ao longo do período colonial as ligações livres. O grande número de escravos, entre 13 e 14 mil no ano de 1736, e a falta de mulheres brancas conduzem à miscigenação. Assim, no final do séc. XVIII, os brancos representavam a minoria no contexto populacional, em torno de 12%, enquanto os escravos constituíam 41% e os mulatos ou mestiços 31% restantes. Este terceiro elemento que começava a se formar logo chama a atenção. *“Depois de algum tempo, havia mulatos em todos os níveis da sociedade: no exército, no sacerdócio, entre os grandes proprietários”* (PALACÍN, 2001:37). Mas, é claro que nesta sociedade estamental o legado da escravidão cobrava ainda seu preço e a distinção maior dava-se em nome da cor.

O comércio e as comunicações até a segunda metade do séc. XVIII foram determinados pela mineração. O comércio era dificultado devido aos transportes deficientes e elevados impostos, enquanto os caminhos para o exterior são ainda os mesmos dos primeiros tempos, voltados para o sudeste. A importação de produtos agrícolas e pastoris da costa foram sempre superior à exportação. *“As minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e dos comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo”* (PALACÍN, 2001:18).

Este era portanto o panorama neste Brasil interiorano do final do século XVIII, onde o sentimento advindo do suor no fundo das galerias ou no barulho das batéias constróem uma visão idílica que no século seguinte começa a ser desmontada, substituída e de alguma forma negada.

Os ares da mudança inundam o século XIX. Transformações na Europa e no Brasil atingem o cerrado e com elas modificações e imposições começam a enraizar-se.

“Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como sal, ferramentas etc” (PALCÍN, 2001:48).

O que se pode constatar é que com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a política governamental orienta-se rumo à integração e valorização dos domínios. O centro-oeste é visto como uma opção de expansão através do aproveitamento das vias fluviais, renovação das técnicas agropastoris e da utilização da mão-de-obra indígena. A este período de mudança, somam-se novas descobertas auríferas, porém pouco exploradas, e o interesse em mudar a capital da província para o norte.

A partir do segundo quartel do século XIX a província progride economicamente devido sobretudo à expansão da agricultura e o crescimento do rebanho bovino. Este último tem como principal fomentador as fazendas de pecuária que, sem autorização legal da coroa, invadem os sertões, e com isto também incentivam a vinda de correntes migratórias para o estado. A indústria de couros prospera e, em função da abundância de matéria-prima, fabricam-se tecidos de algodão.

“A entrada da sétima década do século XIX marca nos anais da província uma época de notável expansão econômica, coincidindo com o desenvolvimento das vias de comunicação, e sobretudo da mais importante, a navegação dos rios” (BRASIL, 1982: 124).

A população, que, no final do séc. XVIII se mostrava estacionária atinge, já no final do século XIX, em torno de 160 mil indivíduos. Na condição de fornecedora de tropas e de viveres para os combatentes, Goiás participa ativamente da guerra do Paraguai.

Mas as modificações ocorridas ao longo do século XIX não são só sentidas por seus contemporâneos, mas refletem até hoje no que pode-se chamar um posicionamento antagônico na historiografia corrente. Pois, as mudanças acontecidas no período encerram de um lado, o abandono e declínio da província em decorrência do fim do ciclo mineiro e, de outro, o próprio ensejo de modernidade advindo com o pastoreio. “*Na realidade, além da carência de pesquisas sobre o século XIX em Goiás, há um equívoco secular em que se mesclou e associou a decadência do ouro com o da própria província*” (CHAUL, 1997: 70). Com isto, o conflito gerado entre duas formas de “ver o mundo”, uma iluminada pelo amarelo do ouro e outra mantida pelo verde dos campos, enriquecem de sobremaneira o período e consolidam-se neste espaço único que é o centro-oeste brasileiro.

A crise mineradora foi geradora de vários impactos na região, pois, sendo a exploração do ouro o principal fomento econômico de Goiás no século XVIII – o elo de ligação tanto com o resto do país e com o próprio comércio mundial – o seu esgotamento, acaba por sentir-se em todos os âmbitos da sociedade. Assim, como o ouro foi responsável tanto por uma riqueza rápida e vultuosa para a região, de outra forma, para alguns autores também foi o vilão.

“Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza. (...) Essa evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sócio-cultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o comércio; os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem” (PALACÍN, 2001: 47-48).

Entretanto, se a falta do ouro foi responsável por tantas adversidades, a sua presença é também um marco de enquadramento da sociedade goiana no complexo sistema colonial. Assim a troca ocorrida neste sistema acaba por provocar também um novo enquadramento econômico e político na região.

“Em meio ao intrincado debate sobre o sentido da decadência em Goiás, impõe-se uma distinção: há uma clara tendência historiográfica em denegar o movimento de refluxo de investimentos e capitais em Goiás. Como não há uma leitura detalhada da conjuntura econômica referente ao século XVIII, denega-se a crise com o argumento do desconhecimento do auge. Tal procedimento implica reconhecer a ausência de movimento em dois séculos de história, resultando num raciocínio anti-histórico que pouco acrescenta ao debate. Certamente a discussão sobre a crise da mineração assume um significado diverso, quando atribuímos a esta o sentido de decadência. Não trata de mero detalhe ou preciosismo metodológico, mas é preciso reconhecer que o conceito de decadência carrega marcas específicas” (SANDES, 2001: 20).

Portanto em decorrência do sistema agropecuário de caráter extensivo implantado no estado formaram-se os latifúndios. Estes serão responsáveis em parte pela formação de novas relações sociais, ocupação geográfica e imagem da região. Assim, no campo vão predominar as relações semifeudais, mais fortes no norte, região mais desabitada, onde reina certa instabilidade social motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos coronéis. Desta forma o personalismo e as relações de suserania e vassalagem pelo voto caracterizam a política da época. E duas figuras se formam em meio as idas e vindas dos tropeiros: o coronel e o agregado.

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

“Essas práticas econômicas trouxeram à tona as diferenças típicas que caracterizam o interior do Brasil em relação ao litoral: a morosidade do campo, da agricultura e da pecuária. Não que essa economia tenha emergido de uma vez, ela há muito se fazia presente em várias áreas goianas, no entanto, não era ela a responsável pela ligação da região ao eixo econômico mundial” (RIBEIRO, 2001:27).

A transferência da capital do estado para Goiânia, a chegada da estrada de ferro a Anápolis e a escolha do planalto central como sede da nova capital do Brasil representam algumas das características mais relevantes no processo de modernização instaurado em Goiás. Mas antes destas transformações significativas, o início do século XX no estado também foi responsável por modificações e conflitos ocorridos tanto no espaço econômico, como também no social. Porém, como viver este debate historiográfico? Como explorar este rico universo que entra em cena a partir do final do século XIX e início do século XX?

“Muitos autores não deixam de ter razão, pelo que podemos observar, quando apontam as dificuldades para se pensar numa sociedade transitando da fase mineradora para uma sociedade com base econômica na agropecuária” (CHAUL, 1997: 72).

Portanto, parafraseando Marx que coloca que *a “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas das classes”* (MARX, 1888), é realmente nestes pequenos encontros, entre uma mudança estrutural e acontecimentos conjunturais, que podemos observar o movimento dialético empreendido pela sociedade.

Meia Ponte e as *Lavras do Abade*

O cenário está montado e alguns personagens distribuídos, agora veremos algumas particularidades, tanto de Meia Ponte quanto das *Lavras do Abade*, para apreciarmos como esta relação íntima e conflituosa acaba por gerar os acontecimentos ocorridos na aurífera serra dos Pirineus, durante o final do século XIX e início do século XX. Entre um arraial de pequenos coronéis e uma vila de mineradores.

“O local onde hoje está situado o arraial foi descoberto em 1731 por um certo Manoel Rodrigues Tomaz. Os primeiros que se estabeleceram ali foram os caçadores de ouro, que queriam explorar as margens do Rio das Almas. Entretanto, como o povoado que então se formou ficasse situado na junção das principais estradas da província e por ali passasse antigamente um grande número de tropas, os seus habitantes, certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem, da qual atualmente restam poucos vestígios” (SAINT-HILAIRE, 1975:37).

A antiga mina de Nossa Senhora do Rosário do distrito de Meia Ponte tornou-se um acampamento de garimpeiros e teve seu crescimento ligado a essa atividade. “*Ao sopé dos Montes Pireneus – três picos erodidos, de formação cristalina – à margem do rio das Almas, nasce o arraial de Meia Ponte*” (COSTA, 1979:21). A mão-de-obra principal das minas era formada de escravos negros e índios que ainda habitavam a região, tornando-se uma terra sem lei marcada pelo autoritarismo, violência e sonegação de impostos.

“Com o fluir dos primeiros anos e verificando o rico teor das areias auríferas e o potencial das lavras, o número de povoadores aumentou rapidamente: portugueses, paulistas, e escravos (índios e negros). E o acampamento das primeiras horas virou arraial, com ruas e becos. Era o começo da organização urbana” (JAYME & JAYME, 2002:26).

Bem cedo as minas tornaram-se arraial e freguesia, posteriormente alçada a cabeça de julgado, depois elevada a vila e finalmente a município no final do século XIX, com o nome agora de Pirenópolis. Com isso a complexificação social e econômica surge, e com ela a necessidade de implantação da burocratização através do poder público. O centro urbano desenvolve-se em torno da Igreja Matriz, até a construção das Igrejas do Bonfim e do Carmo que atraíram casas para seus arredores desenhando a atual malha urbana. Entre 1830 e 1834 a cidade é sede do primeiro jornal do estado de Goiás, *A Matutina Meia Pontense*, enquanto paralelamente também surgia na vila uma banda de música. “*Na Colônia e no Império, Meia Ponte era o segundo núcleo urbano de Goiás, rivalizando com a capital, Vila Boa, em expressão econômica e cultural*” (COSTA, 1979:21). Como divertimento, a sociedade meia-pontense costumava tomar longos banhos no rio das Almas, participar das celebrações da festa do Divino ou mesmo assistir algumas execuções no campo da forca.

“O arraial foi construído numa pequena planície rodeada de montanhas e coberta de árvores de pequeno porte. Estende-se ao longo da margem esquerda do Rio das Almas, numa encosta suave, e defronta o prolongamento dos Montes Pireneus. Tem praticamente o formato de um quadrado e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. Cada uma delas, conforme o uso em todos os arrais do interior, tem um quintal onde se vêem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desornadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados. Cinco igrejas contribuem para enfeitar o arraial” (SAINT-HILAIRE, 1975:36).

Depois do seu apogeu minerador, a partir de 1800, Meia Ponte teve uma retomada na economia capitaneada pela agricultura, principalmente a exploração do algodão, pecuária e comércio. Com o fim da mineração no rio das Almas, a sociedade organiza-se

sobre novas bases econômicas, mas com alguns componentes estruturais ainda permanecendo, como a escravidão negra e a guerra ao gentio. Apesar das mudanças das rotas comerciais da região por volta de 1850, o crescimento do centro urbano estanca no fim do século XIX. E é neste contexto econômico e político que ocorre o início da exploração mineradora nas *Lavras do Abade*.

“Arraiais surgiram e desapareceram, à mercê da opulência ou do esgotamento dos veios aurífero, seguindo-se a momentos de breve fastígio e irrefreável ruína. Muitos desses núcleos regrediram, com a decadência das *lavras*; outros sobreviveram e adaptaram-se a novas condições. A febricitante vida urbana, característica dos arraiais mineiros, cedeu vez, paulatinamente, às atividades da agricultura e da pecuária, e a uma sociedade marcadamente aventureira sucederem-se estruturas sociais conservadoras. Meia Ponte foi um desses arraiais, pois, em menos de um século, conheceu esplendor e decadência, e ressurgiu das cinzas, embora com roupagem diversa”(COSTA, 1979:25).

Esta nova fase do arraial, proporcionou a formação e manutenção de oligarquias agrícolas constituídas de famílias extensas comandadas em suma por um patriarca, onde uma nova forma de viver gregária e hierárquica diferenciava e muito do antepassado aventureiro e oportunista da mineração.

“Esta provincia é talvez a mais rica do Imperio no reino mineral, pois que n’ella se encontra cristaes de varias côres, grande quantidade de pedra calcarea, mineraes de ferro, não faltando-se no ouro que abunda em quasi todas as vertentes de seus rios e regatos, diamantes e outras pedras preciosas. Ultimamente trabalha no Abade perto de Meia-Ponte, uma companhia sob a direção do dr. Arena. Esta companhia foi organizada na côrte como o capital de quinhentos contos de reis, e dos esforços empregados pelo seu gerente é de esperar-se que tire grande resultado”⁴ (BRANDÃO, 1978:45).

As *Lavras do Abade* começaram a ser consolidadas junto a exploração do ouro na serra dos Pirineus iniciada por volta de 1750, quando João Rodrigues Abade descobre uma data aurífera que levaria mais tarde seu nome, no sudoeste da serra próximo aos arraiais de Meia Ponte e Corumbá de Goiás, dentro da fazenda Cabaceiros. Fica então em abandono até por volta de 1880, quando a exploração aurífera da área é retomada através da Companhia Prado, comandada pelo francês Bernard Alfred Amblard d’Arena, que funda a Sociedade d’Arena & Cia para a compra da fazenda Cabaceiros e a exploração do local.

“Alfredo de Arena, como assinava seu nome, segundo pessoas que o conheceram, era de origem francesa, natural de Toulon. Outros afirmam que era somente filho de gauleses. Era formado em Odontologia e tinha conhecimentos apreciáveis de Direito, Engenharia, Mecânica, Farmácia e Medicina. Possuía estatura mediana, antes baixo que alto, compleição regular, alourado e de olhos azuis. Tinha uma forte entrada de calvície nos cabelos e usava um bigodinho quadrado; os traços revelavam a sua origem de “paysan” frances. Dono de ótima prosa, versando em mais de um idioma, traía pelas maneiras polidas o sangue gaulês que lhe corria nas veias. Trajava-se, sempre, de branco, chapéu chileno, paletó de quatro bolsos, um largo “ponche” ou “chiripa” ao redor do pescoço,

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

protegendo-lhe os ombros; culote, botas altas e cartucheira ao redor da cinta com um revolver a pender desta. Andava a cavalo, fazendo-se acompanhar de dois ajudantes, armados de “44” e de três enormes cães de fila “Cabeça Negra”, cavalgando geralmente a galope” (CURADO In: JAYME, 1971:188).

A Companhia Prado, que também explorava ouro na cidade mineira de Bagagem, instala-se no local em 1882. Em conjunto com Sociedade d’Arena & Cia formam a Companhia Goiana de Mineração, com cotas de 50% para ambas as partes. Com a instalação da mina, modificações significativas na área começam a ocorrer, como o desvio do córrego da Barriguda através de um rego de pedras com mais de 1 km de extensão e a construção de um bicamente em madeira com mais de 70 metros, que servia para o abastecimento da máquina hidráulica utilizada no desmonte do barranco para mineração.

Além da instalação do equipamento, também é construída uma vila para os empregados com cerca de trinta casas com paredes de pedra e telhados de palha (quatro cobertas de telhas), com amplas ruas compondo a malha urbana. Esta vila incluía também uma venda ou “loja de comércio”, uma farmácia na esquina das principais ruas e, em uma ampla construção de tijolos, o refeitório e a cozinha. Também estava presente no conjunto arquitetônico um açougue com uma laje para retalhação das reses, o matadouro com um cercado de pedras e madeira e uma serraria. No centro de tudo localizava-se a casa do próprio Arena, que além da imponente também concentrava próximos a fundição e o arsenal.



(PHILERMON:1883, Acervo Pessoal: Tasso Marquez)

A vila ficava em uma pequena e plana elevação em frente à mina, cercada por muros de pedra e duas porteiras, uma cerrando o caminho para Meia Ponte e outra no caminho de Corumbá de Goiás. *“No morro defronte Arena instalou uma peça de artilharia, assentada em alicerces de pedra e com o qual dominava os arredores. Em sua casa, nos fundos, Arena fizera instalar também dois moinhos”* (CURADO In: JAYME, 1971:191). Em seu apogeu, a vila chegou a cunhar moeda própria, feita em ouro e cobre com gravações de "Válida-Arena", ficando conhecida na época como a maior mineração aurífera de desmante hidráulico do Brasil imperial.

Mas, já a partir de 1884 problemas com a poluição da água e disputas legais sobre o funcionamento do desmante começam a acirrar o relacionamento da mina com o povoado de Meia Ponte, pois a mina das *Lavras do Abade* era acusada de poluir, tornando impróprio para o banho e consumo, as águas do córrego da Barriguda, afluente do rio das Almas que corta a cidade.

“Devido aos bons resultados da mineração, os trabalhos não paravam e as águas do rio sempre estavam sujas. Os moradores acabaram se revoltando. Foram feitas várias tentativas de acordo para resolver o problema. Esgotando-se os recursos, Arena foi notificado pelo poder público e

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

recebeu um abaixo assinado com 169 assinaturas, ameaçando-o de destruição do local e de expulsão da região. Arena não deu atenção às ameaças e começou a hostilizar e humilhar os moradores de Pirenópolis, mandando seus capangas à cidade para fazer arruaças” (CARVALHO, 2001: 68).

Após diversos percalços, as atividades na mina seguem ante protestos da população e batalhas jurídicas, até o fim de tarde de vinte de março de 1887, quando um grupo de vinte e quatro jovens, fortemente armados e mascarados, vindos de Meia Ponte, invadem e incendiam a vila, expulsando aos berros e tiros os mineiros. Esta atitude tomada por representantes da população meiapontense exprime o nível de descontentamento que a mina, seus habitantes e principalmente o gerente, haviam provocado no arraial.

“Três dias depois o bando se apresenta novamente no arraial e expulsa definitivamente seus moradores. A golpes de machado abrem as portas da loja, da farmácia e do armazém, deixando tudo completamente saqueado. Entram à força na casa do francês, lascando e despedaçando todos os móveis a machadadas. O que podia ser carregado foi levado pelos componentes do bando. Os vidros de remédios da farmácia foram atirados fora e quebrados um a um” (CURADO In: JAYME, 1971:192).

Depois destes eventos ocorreram algumas batalhas jurídicas resultando na absolvição de todos os envolvidos, principalmente por serem menores de idade, e a tentativa de implicação de alguns mandantes. Arena encontrava-se no Rio de Janeiro durante o ocorrido e lá permaneceu, nunca mais retornando às *Lavras do Abade*, mudando-se para Minas Gerais onde veio a falecer no século seguinte. Quanto à mina, esta foi sendo saqueada pelos moradores do entorno e a máquina levada pela Companhia de volta a Europa, sobrando somente ruínas e as marcas da exploração do ouro no local.

Por sua vez o ocorrido foi sendo recontado, passado de geração para geração, ora tornando-se história enquanto consolidado em documentos e livros de caráter científico, ora virando uma estória perpetuada em crônicas e contos de ficção. Quanto ao fato, se há ou existiu, está depositado hoje na lembrança de alguns ou em algum lugar na serra dos Pirineus.

A Perspectiva Teórica da Arqueologia Histórica

“Arqueologia histórica é importante não só por ser um meio de estudar o passado, mas porque tem um enorme potencial para ensinar sobre nós mesmos. Nós podemos não estar aptos para relatar todas as circunstâncias enfrentadas por pessoas que viveram há muitos séculos atrás, porém podemos conseguir um entendimento dos grupos há tempo esquecidos e freqüentemente compelir histórias destes povos anônimos, cujos descendentes estão vivos até hoje” (ORSER & FAGAN, 1995:05).

A arqueologia histórica desponta, enquanto fazer específico, nos Estados Unidos a partir de 1960, como forma de designar o estudo da cultura material dos europeus no Novo Mundo. Inicialmente concentrada na pesquisa dos primeiros colonizadores anglo-saxões, foi aos poucos perdendo essa postura estreita e elitista, com a inclusão também de espanhóis e franceses que colonizaram grandes partes do território norte-americano e, em seguida, passando à estudar grupos africanos e indígenas que estiveram em contato com a sociedade anglo-americana desde a colonização.

“No Brasil, a arqueologia histórica foi importada dos Estados Unidos, ainda durante a ditadura militar, e seguiu, nos seus primeiros passos, os caminhos trilhados na origem, com sua preocupação com os vestígios dos grandes monumentos dos colonizadores, como, em nosso caso, as fortificações. O restabelecimento das liberdades civis, com o fim da ditadura em 1985, e as ampliações de preocupações dos americanos, favoreceram um significativo desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil” (FUNARI, 2003).

Conforme Lima (1999), apesar de novo o campo da arqueologia histórica no Brasil cresceu muito desde seu início com os pre-historiadores nas décadas de 1960 e 1970, que utilizavam estudos descritivos aplicados de sul a norte no país. Como também desde da década de 1980, quando em conjunto com a arqueologia da restauração, a arqueologia histórica subsidiava a arquitetura e encontrava na investigação das classes dirigentes sua expressão.

“Estes projetos espalharam-se, associados com a perspectiva histórica cultural dominante na época, atrasando consideravelmente o desenvolvimento da disciplina no Brasil, distraíndo-a de sua meta primária: o estudo do aparecimento, manutenção, e mudança de sistemas socioculturais.” (LIMA, 1999)

Porém em 1990 a maturação de arqueologia brasileira como um todo e da arqueologia histórica em particular, traz a luz, problemáticas relacionadas a processos sociais como etnicidade e gênero, e ou estudos sobre os aspectos simbólicos do ambiente. Portanto hoje, pesquisas sobre sistemas de dominação e resistência, costumes e práticas diárias, ou situações de conflito de classes, revelam os meandros da ordem social de cada época, e propiciam à arqueologia histórica um amadurecimento teórico para explorar o rico processo histórico brasileiro, formado pela interação de diferentes matizes étnicas.

Mas para uma aplicabilidade da arqueologia histórica, primeiramente devemos estabelecer seu objeto de estudo. Assim, para uma definição de sítio arqueológico histórico usaremos: *“O sítio histórico é um objeto de estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do*

capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua até hoje” (ORSER, 1992:23). Neste sentido amplo, os sítios arqueológicos históricos, além da delimitação temporal, apresentam uma enorme e variada coleção de testemunhos informativos sobre seus antigos ocupantes. Estes informativos, por sua vez, estão consolidados principalmente em objetos de uso freqüente, por vezes ordinários, que possuem referências importantes sobre sua antiga aplicabilidade, assim como uma identificação na sociedade atual. “*Tal é a preocupação para os objetos do passado, “as pequenas coisas esquecidas”, que são centrais ao trabalho dos arqueólogos históricos*” (DEETZ, 1977:04).

Mas como sugere Gallay (1986) qual é o papel da arqueologia histórica? Quais são seus limites? E principalmente quais são suas regularidades?

A arqueologia histórica – ou o que se poderia chamar uma abordagem material presente do passado – estabelece algumas regularidades que podem ser obtidas enquanto ferramenta de análise da sociedade atual e recuperação dos informativos sobre certos grupos antigos.

Primeiramente, temos os aspectos econômicos e técnicos, que são os principais elementos apreensíveis nos sítios arqueológicos, que podem ser *instrumentos de produção*, freqüentemente polivalentes, mas que em conjunto com a análise dos *produtos da atividade econômica*, tornam-se perfeitamente compreensíveis. A importância da aquisição e processamento dos alimentos em um grupo pode ser apreciada por uma pesquisa direta (restos de alimentação), ou mesmo por elementos indiretos (instrumental de processamento dos alimentos). Já a questão da *circulação dos produtos* integra uma variável suplementar, a dimensão espacial, e nesse nível, é colocada a questão da identificação dos mecanismos responsáveis pela difusão dos produtos no espaço.

Quanto aos aspectos sociais, a dificuldade nasce em parte do fato de que desse ponto em diante o *objeto torna-se signo de seu conteúdo social* e de que todo sistema simbólico apresenta uma estrutura na qual os significantes distinguem-se nitidamente dos significados. Assim, a relação entre o contendor, o *objeto*, e o conteúdo, o *significado*, torna-se arbitrária, e não identificável por conseguinte, caso não se possa dispor de um comentário *ad hoc* fornecido por aqueles que utilizam o símbolo e conhecem o seu conteúdo. Mas a produção econômica de bens possui uma dimensão social não desprezível. Sua análise permite assim abordar certos aspectos da estrutura social. É preciso no entanto insistir que somente as mais claras oposições podem vir a ser identificadas. Pode ser

possível por exemplo distinguir sociedades igualitárias e não igualitárias (do ponto de vista da repartição de bens), sociedades que apresentam uma especialização semi-industrial de sociedades artesanais onde produz-se a totalidade de seus próprios bens, mas não será possível ir mais longe com base apenas nos fatos materiais. Se é ilusório querer restituir os símbolos da sociedade a partir unicamente dos objetos fabricados, a análise do meio, das construções e das estruturas oferece uma via certamente mais fecunda para uma interpretação da estruturação do espaço da sociedade, das modalidades de distribuição da riqueza e da importância do poder político. O duplo aspecto, funcional e simbólico, dos fatos materiais infelizmente torna essa busca delicada, na medida em que apenas os aspectos funcionais são suscetíveis de uma certa generalização.

Além da atividade técnica e econômica e da estrutura social, situa-se a vida religiosa ou metafísica, onde o signo não é sempre reconhecível, a ligação entre a realidade e sua representação obedece regras que mascaram as pistas, e o símbolo pode ser considerado como arbitrário, o mesmo tema pode oferecer conteúdos com características variáveis; no sentido inverso, um mesmo conteúdo pode ser expresso de diversas maneiras, pois a relação forma-sentido é também arbitrária e variável.

“Todos os objetos criados especificamente para o comércio, não importando o que seja, são chamados *mercadorias*. (...) As mercadorias possuem, ao menos, três tipos diferentes de valor: *valor de uso*, o potencial de um objeto de ter uma função clara; *valor de troca*, a quantia que um objeto pode esperar valer em uma troca; e o *valor de estimação* ou *estético*, a capacidade que um objeto tem de evocar o prazer ou um sentido específico. A maior parte dos artefatos encontrados em sítios históricos são mercadorias, feitas em ambiente industrial e vendidas e usadas por pessoas que não as produziram. Os compradores ou receptores destes objetos podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de quilômetros dos produtores. Produtores e consumidores, provavelmente, nunca se encontraram. Isto separa radicalmente os períodos históricos e pré-históricos” (ORSER, 1992:98-99).

Aqui devemos explorar melhor a arqueologia histórica, pois segundo o autor Charles Orser “...a arqueologia histórica estudaria os objetos que são semelhantes, tanto em forma quanto em função, àqueles hoje em uso” (ORSER, 1992:32). São vasos de cerâmica, garrafas de vidro, botões de roupa etc, que mantêm-se em nosso cotidiano, com suas semelhanças e em alguns casos até por sua diferença, mas além dos vestígios em si, também o contexto do sítio é melhor apreendido pelo arqueólogo histórico, pois tratam-se em sua maioria de casas, fábricas, fortes etc.

“Uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta, de que elas podem ser “lidas” da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo” (ORSER, 1992:37). Desta forma o

espaço e o objeto, ou seja, quase todo o vestígio material encontrado em um sítio arqueológico histórico é passível de uma comparação sincrônica e contemporânea para a busca de seu entendimento por vezes diacrônico.

Mas não é somente o sítio arqueológico a única fonte de informação sobre o passado da sociedade atual. *“Claro que, muito da arqueologia histórica provem quando se cava os sítios arqueológicos, mas estes locais não são fonte exclusiva de informação. Eles podem prover informação que não está disponível em outras fontes”* (DEETZ, 1977:06).

Quanto as outras “fontes” de informação para arqueologia histórica, temos os documentos escritos, que apresentam informações adicionais ao sítio, mas que da mesma forma, podem tornar-se antagônicos aos resultados da pesquisa. Demonstrando um enorme valor tanto para completar, e as vezes orientar a pesquisa, como também ser um fator de contraponto, que por sua vez, acaba por validar ainda mais o estudo. Da mesma forma outros dois tipos de fontes são de uso freqüente nas pesquisas arqueológico-históricas, as informações orais e iconográficas, também passíveis de uma comprovação ou refutação, que acabam sempre por acrescentar algo ao entendimento do sítio.

Portanto a pesquisa em arqueologia histórica, acaba por passar em meio a um conflito de perspectivas: o de ser tratada ora como uma forma de historiografia com objetos, ou ora como uma forma de antropologia em sociedades pré e capitalistas.

“A questão de saber se a perspectiva histórica ou antropológica iria dominar a arqueologia histórica foi um grande tema de discussão nos anos 1960 e 1970, período de formação e desenvolvimento desta disciplina. Apesar de essa questão não ter sido nunca verdadeiramente resolvida, a grande maioria dos arqueólogos diria, hoje, que seu campo de pesquisa compreende *tanto* a história como a antropologia, mais um grande número de campos correlatos, incluindo a geografia histórica e cultural, a economia, a política e a cartografia. A arqueologia histórica não é nem mesmo uma junção da história e da antropologia, mas, simplesmente, a arqueologia histórica, um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens” (ORSER, 1992:27).

Mas enquanto análise científica de um objeto definido, a arqueologia histórica perpassa estas indagações e assume várias facetas. E que pode ser interpretada como um estudo êmico de grupos antigos, uma investigação do passado recente, ou mesmo uma etnografia da sociedade atual.

“Sob este ponto de vista, a compreensão das novas práticas só é possível atendendo à particularidade dos contextos em que estas se manifestam. Isto é, considerando-as à luz de sua história e avaliando-as de acordo com suas múltiplas significações, levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social” (SENATORE & ZARANKIN, 2002:08).

Para o estudo êmico de grupos antigos, determina-se que, tanto os vestígios materiais como as estruturas remanescentes apresentam-se enquanto fontes de maior potencial para a pesquisa das práticas cotidianas de sociedades passadas. Visto que estes sítios são compostos de vestígios arqueológicos relacionados sobretudo a atividades rotineiras e inconscientes, e que exercem um papel determinante na forma como as pessoas organizam e utilizam o local em que vivem. Assim, se por um lado a produção, processamento e consumo de alimentos, as práticas de descarte, o espaço de trabalho, as técnicas construtivas, os cuidados com o corpo, entre outros, atuam como marcadores de produção e reprodução social, econômica ou mesmo étnica, por outro, a pesquisa permite recuperar a materialidade de certas visões de mundo, significados culturais e identidades sociais.

A arqueologia histórica, enquanto investigação do passado recente, torna-se um potencial de (re)construção do legado de determinados segmentos sociais até então marginais na historiografia tradicional. Para tanto, possui um grande valor histórico, enquanto fonte primária para a pesquisa. Desta forma, os elementos trabalhados neste estudo do passado, recente ou moderno, são principalmente os objetos de uso cotidiano que possuem uma trajetória narrativa e um valor cultural, junto ao contexto em que estão inseridos, combinando tanto evidências de presença humana, quanto informações advindas de outras fontes, escritas, orais, iconográficas, que transformam-se no registro factual destas sociedades. Trazendo à tona manifestações, expressões, e realidades negligenciadas em outras fontes, as quais por limitações temporais, de poder ou predileção, não contemplam.

E por fim, a arqueologia histórica como uma etnografia da sociedade atual transforma-se em um elemento gerador de reflexão sobre a formação, desenvolvimento e atualidade da sociedade, bem como um enorme valor de estudo sobre grupos díspares, mas de referência direta à sociedade atual. Assim, o conflito criado pelo desvelamento de outras visões de mundo, combinadas com sua trajetória histórica, recriam a percepção presente de modos de vida. Este trabalho acaba por implicar a restituição de sentido aos testemunhos materiais que relacionam-se diretamente ao cotidiano, provocando a reapropriação destes bens, levando à construção de uma memória coletiva, porém crítica.

Portanto, a arqueologia histórica é favorecida pela proximidade das relações estabelecidas entre o monumento arqueológico⁵ e os habitantes do local. A arqueologia histórica surge da necessidade de se pensar a sociedade como um todo, ocupada por

diferentes grupos, econômicos, étnicos e ou temporais, os quais interagem numa trama de relações expressas em modos distintos de apropriação do espaço, padrões de comportamento e representações simbólicas. Neste sentido, os testemunhos materiais de ações humanas constituem signos de outros tempos e constituintes de um processo dinâmico de construção de identidades coletivas, evocando memórias e sensações de pertencimento na qual os sujeitos presentes e passados estão implicados. E tudo isto partindo do que nos é comum: a cultura material.

“O que diferencia a arqueologia histórica é o seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias. Estes elementos históricos do passado recente constituem o mundo moderno, e grande parte desta constituição, ainda que extremamente complexa em sua compreensão, é levada a cabo com objetos materiais” (ORSER, 1992:28).

Desta forma, a arqueologia histórica torna-se um instrumento de vocação intrigante sobre o passado, e um meio potencial para a construção de identidades coletivas sobre testemunhos até então desapropriados.

Estratégias de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico

“A arqueologia distingui-se muito da história tradicional ou convencional, porque ela transforma todo o espaço em documento, estabelecendo as regras da sua leitura” (JORGE, 2000:98).

A grande variedade de categorias materiais recuperadas em sítios arqueológicos históricos demonstram as características particulares destes depósitos como somatório e cristalização de valores significativos para a pesquisa social. Assim, a metodologia empregada no estudo destes vestígios obedece uma padronização de etapas, desde a exumação em campo, até as atividades desenvolvidas em laboratório.

E no caso de uma “Arqueologia da Mineração”, propomos seguir uma orientação metodológica que tenha por principal objetivo o estudo do local de trabalho e moradia de uma comunidade mineira no final do século XIX.

“Acredito que a melhor forma de neutralizar esta redutora conceituação de uso cultural e abrir espaço para irrigar todo o tecido vivo da existência é fazer com que a ação cultural passe, precisamente, pelos terrenos mais importantes dessa mesma existência. Dois eixos, assim, me parecem prioritários: o universo do cotidiano e – parte dele, mas com personalidade própria – o universo do trabalho” (MENESES, 2002:97).

Pois, como coloca Donald Hardesty, a respeito da especificidade de sítios arqueológicos históricos em áreas mineiras, muitos dos vestígios encontrados possuem uma certa particularidade. “*Construções, maquinaria, e mudanças na paisagem são freqüentemente em escalas monumentais*” (HARDESTY, 1988:17).

Para a arqueologia, a cultura material assume o papel de registro de práticas sociais enquanto produto do seu próprio meio, e por outro lado, como propagador dos ideários que à construíram. Pois como expõem Andréas Zarankin, “*No entanto a cultura material é carente de significado por ela mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado*” (ZARANKIN, 2002:15). Assim, a cultura material torna-se um código a ser decifrado pelo pesquisador que dependendo do seu arsenal intelectual, dos atributos externos e internos do objeto e de similitudes empregadas pode ou não chegar a sua interpretação.

Desta forma os atributos intrínsecos presentes no sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, são classificados em dois grupos de vestígios: Vestígios móveis – formado por objetos de uso cotidiano em diversas esferas como na cozinha, na higiene, no trabalho, no lazer etc e separados segundo sua categoria material: louça, vidro e metal. Vestígios imóveis – formados por micro, semi-micro e macro estruturas (depósitos de lixo, área de mineração e conjunto arquitetônico), unidades construtivas (habitacional, comercial e produtiva) assim como, as modificações realizadas na paisagem (estradas e regos d’água).

Todos estes elementos arqueológicos devem ser estudados em separado, quanto às suas propriedades físicas (matéria constituinte), geométricas (dimensões e medidas) e semiológicas (símbolos e ornamentos). E também em conjunto, pois complementam-se formando uma rede de relações. Assim através das pesquisas arqueológicas-históricas podemos apreender destes vestígios informações sobre o cotidiano dos moradores na área em estudo.

Por outro lado, os atributos extrínsecos do sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, são classificados em dois grupos de vestígios: Fontes primárias – acervos documentais, iconográficos, audiovisuais, particulares ou públicos. Fontes secundárias – historiografia, pesquisas, artigos, reportagens, crônicas e contos.

Estes elementos extrínsecos devem ser estudados em separado, segundo as informações que podem ser acrescidas aos dados intrínsecos do sítio, como cronologia, espacialidade e funcionalidade. A pesquisa e integração destes referenciais externos apresentam o enorme potencial investigativo do patrimônio histórico-cultural do objeto em questão.

“No nosso entendimento, essas fontes (os objetos) distinguem-se das demais por se constituírem em evidências mais concretas das relações sociais e conterem elementos do cotidiano e do vivido dos grupos sociais, podendo vir a possibilitar um trânsito mais fácil entre a dimensão individual e coletiva da história” (DUTRA, 2003).

Com a proposta acima, a cultura material das *Lavras do Abade* é tomada tanto como instrumento mediador e identificador de memórias e significados de relações culturais, quanto como ferramenta de análise e pesquisa destes grupos. Cabendo ao arqueólogo recuperar seu significado histórico e social, pois o objeto é um meio de troca de conhecimento que utiliza das construções da memória coletiva.

As ações propostas possuem como objetivo principal auxiliar na execução de uma gestão dos aspectos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*.

O projeto proposto sobre o patrimônio arqueológico histórico insere-se como uma forma de reencontrar os elementos presentes nas práticas cotidianas dos ocupantes das *Lavras do Abade*. As atividades propostas para o projeto inserem-se numa ação contínua e complementar de identificação, pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico a ser desenvolvido em três etapas: Levantamento arqueológico – etapa que tem por meta uma primeira avaliação dos elementos presentes no sítio arqueológico, onde serão registradas e localizadas as estruturas presentes, para em conjunto com a documentação histórica, estabelecer as próximas ações de pesquisa no sítio. Escavação arqueológica – etapa que visa um série de intervenções arqueológicas na área com o objetivo de recuperar informações, validar propostas e criar os suportes necessários para a consolidação do sítio, assim como análise do material arqueológico recolhido e das informações obtidas em campo. Valorização do sítio – etapa que objetiva a adequação e proteção do sítio arqueológico histórico para a visitação pública e exploração científica adequada. Com a criação de um *parque arqueológico*, enquanto sistema eficaz e aberto para integrar diversas alternativas: prática e ensino da arqueologia, local de visitação museológica e turística, espaço de investigação e conhecimento sobre a região e o sítio, palco para eventos culturais e artísticos etc.

“De fato, habitualmente o parque arqueológico se concebe como um instrumento de proteção, gestão e projeção do patrimônio arqueológico. Se entende, por outro lado, da mesma forma a necessidade de dotar a pesquisa arqueológica de uma projeção social, e nesta linha à de ser coerente com novas tendências de pesquisa na investigação e novas formas de comunicação” (VALLE, 2003).

Seguido pela ação museológica que objetiva o levantamento, identificação e a elaboração de um projeto museológico do patrimônio histórico das *Lavras do Abade*, para a implantação de um *ecomuseu* a ser desenvolvido em três etapas: Levantamento museológico – que consiste em identificar e caracterizar todas as evidências primárias e secundárias referentes as atividades sócio-econômicas ocorridas nas *Lavras do Abade*. Seleção, Inventário e Plano Museológico – acompanhamento das pesquisas arqueológicas para seleção e inventário do acervo arqueológico a ser musealizado e orientação do espaço museológico a ser implementado. Projeto museológico – elaboração de um projeto museológico mediante a informação e o acervo coletado, composto de um plano de edificação museológica (exposição e acervo) e planos de ação educativa patrimonial.

“Interdisciplinar por excelência, combina um museu do tempo desembocado na prospectiva com elementos disseminados de um museu do Espaço. É um museu do homem da natureza . Nele o homem é interpretado em seu meio natural. A natureza o é em sua selvageria, mas também tal qual a sociedade tradicional e a sociedade industrial adaptaram-na para seu uso. Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio da cultura e da natureza de determinada população. Um laboratório, na medida em que é matéria de estudos teóricos e práticos em torno dessa população e seu meio ambiente. Uma escola, na medida em que auxilia na formação de especialistas interessados nessa população e seu meio, incitando-a a aprender melhor os problemas de seu próprio futuro” (GIRAUDY et al., 1990:39).

E por fim as ações de uso turístico serão avaliadas e reunidas na forma de um plano de manejo turístico para a área de implantação, de modo a incrementar os benefícios desta atividade e minimizar sua ação impactante no meio, desenvolvendo uma *preservação ativa*.

“Tanto no caso de bens culturais quanto no caso de bens naturais, procuramos realçar a importância de se atentar para a preservação ativa, que conceituamos como: a conservação de bens naturais e culturais, dando-lhes ao mesmo tempo uma função conveniente, com soluções adequadas ao desejado progresso; portanto, implicando o uso adequado de atrativos da natureza e da cultura porém evitando-se ou minimizando-se prejuízo a eles ou sua perda. Uma questão de desenvolvimento sustentável” (FILHO, 2000:10).

Este produto final será elaborado nas seguintes etapas: Levantamento turístico: identificação e caracterização dos elementos potencialmente turísticos presentes na área de estudo das *Lavras do abade*. Pesquisa e acompanhamento turístico: análise das características ambientais do entorno e acompanhamento das atividades arqueológicas no sítio. Análise turística: formulação de ações de uso turístico para a área das *Lavras do Abade*, congregando os elementos arqueológicos e museológicos . Valorização turística: elaboração de uma proposta de manejo turístico da área de estudo.

Considerações Finais

O sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* constitui em si um monumento que permite a síntese de elementos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio ali consolidado, elementos estes que devem ser geridos sob a perspectiva da arqueologia histórica para que o seu valor enquanto patrimônio cultural seja legitimado, assegurando a sua preservação, estudo e integração à sociedade local.

Assim, como forma de caracterizar este patrimônio arqueológico, foi feito primeiramente um passeio retrospectivo apresentando a importância das *Lavras do Abade* para um melhor entendimento da história da mineração no país; seu desenvolvimento e importância também para a própria história de Goiás, onde o período em questão está associado a diferentes concepções e interpretações historiográficas. Por outro lado, também pretende-se o resgate do valor cultural das *Lavras do Abade* para a sociedade pirenopolina, enquanto um dos marcos fomentadores e referenciais para a formação e desenvolvimento do antigo núcleo meiapontense.

Em seguida, apreciamos a riqueza inata deste patrimônio arqueológico, formado por seu valor histórico e antropológico consolidado ao longo de anos na cultura material presente. Cultura material esta que é apreensível tanto por seus atributos internos: informações advindas do próprio objeto de estudo como as ruínas, artefatos e manejo da área, quanto por seus atributos externos: informações que podem ser acrescidas através de outras fontes como documentos, imagens e memórias.

Atualmente está sendo desenvolvido um projeto de implementação de um complexo turístico e residencial para a área das *Lavras do Abade*, visando a exploração desse patrimônio arqueológico. Desta forma, além da arqueologia, a museologia e o turismo também representam veículos importantes de divulgação cultural e ambiental, e emergem como instrumentos de reafirmação cultural e promoção de ecossistemas naturais. Entretanto o fomento das atividades turísticas e museológicas implica no crescimento de um fluxo de visitantes que pode desencadear uma série de impactos ambientais e sociais, justificando a necessidade da formulação de diagnósticos pertinentes que possibilitem estabelecer ações de uso responsável e que primem pelo desenvolvimento econômico e pela conservação dos recursos.

Considerando a importância do sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, surge então a necessidade de uma ação urgente para a preservação e valorização deste patrimônio. Para tanto buscamos através de um entendimento e exposição do seu valor arqueológico, histórico e natural, as diretrizes fundamentais para orientar e valorar as ações propostas neste texto.

Finalizando, o patrimônio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* torna-se palco de um ensaio que prima pela necessidade de uma responsabilidade científica, social e econômica sobre o seu gerenciamento. A pretensão da criação no local de um parque cultural, implica na fusão de elementos: *arqueológicos* – pois os vestígios são indissociados do meio; *históricos* – pois a cultura material é a concretude das idéias; *naturais* – pois a paisagem é uma combinação de valores, e para os quais, a devida preservação está intimamente associada ao seu uso coletivo, através de um programa articulado, racional e consciente de estudo.

Notas

¹ Dissertação defendida como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidade Católica de Goiás em 2004.

² Doutorado em Arqueologia pela University of Florida, bolsista do CNPq.

³ Mudança da capital, construção de Brasília, ascensão das oligarquias rurais.

⁴ Retirado do Almanach da Província de Goyaz para o ano de 1886.

⁵ Conforme J. C. Gardin que considera “monumentos” todas as representações da variabilidade da cultura material, incluindo desde os “fabricados” (objetos manufaturados) aos “ecofatos” (recursos naturais modificados) (GARDIN, 1979:17-19).

Referencias Bibliograficas e iconograficas

BRANDÃO, Antonio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz, para o ano de 1886*, Goiânia: Ed. UFG, 1978.

BRASIL, Antônio Americano do. *Súmula de história de Goiás*, Goiânia: Ed. Unigraf, 1982.

CARVALHO, Adelmo de (Org.) *Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000 História, Turismo e Curiosidades*, Pirenópolis: Ed. Kelps, 2001.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CLEARY, David. *A Garipagem na Amazônia – Uma Abordagem Antropológica*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1992.

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*, Rio de Janeiro: Ed. CVRD, 1992.

COSTA, Lena Castello B. F. *Arraial e Coronel, dois estudos de história social*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

DEETZ, James J. *In Small Things Forgotten, The Archaeology of Early American Life*, New York: Ed. Anchor Books, 1977.

DEL VALLE, Almudena Orejas Saco. *Los Parques Arqueológicos Y El Paisaje Como Patrimonio*, documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em: 16/06/2003.

DUTRA, Soraia Freitas. *Objetos Da Cultura Material Como Mediadores No Desenvolvimento Do Raciocínio Histórico Em Crianças*, documento em HTML, disponível em <http://www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais/GT0602.htm>, acesso em: 03/10/2003.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis. Memória sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. História da descoberta e descrição das ocorrências desses minerais. Exploração das jazidas e sua técnica. Produção e legislação de minas*, Belo Horizonte: Ed. USP/ Itatiaia, 1978.

FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, Cultura e Turismo*, Ed. Papirus, Campinas, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. *Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

GALLAY, Alain. *L'Archéologie Demain*, Paris: Ed. Belfond, 1986.

GARDIN, Jean-Claude. *Une Archéologie Théorique*, Paris: Ed. Hachette, 1979.

GERMANY, Darcy José. *A mineração no Brasil, Relatório final*, documento em PDF, Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Secretaria Técnica do Fundo Setorial Mineral, 2002.

GIRAUDY, Danièle. BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1990.

HARDESTY, Donald L. *The Archaeology of Mining and Miners: A View From the Silver State, Society for Historical Archaeology*, Michigan: Ed. Society for Historical Archaeology, 1988.

JAYME, Jarbas. *Esbôço Histórico de Pirenópolis*, Pirenópolis: Ed. Estado de Goiás, 1971.

_____, Jarbas. JAYME, José Sisenando. *Casas de Pirenópolis*, Goiânia: Ed. UCG, 2002.

JORGE, Vitor Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

COSTA, D. M. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71 - 102, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Tânia A. março de 1999, *Historical Archaeology in Brazil*, Society for American Archaeology Bulletin, <http://www.saa.org/publications/SAAbulletin/17-2/SAA14.html>, acesso em 03/13/06.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista - 1848*, documento em PDF, disponível em www.culturabrasil.pro.br, acesso em 15/10/2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais, In: YÁZIGI, Eduardo. et alli, *Turismo: Espaço, Paisagem e cultura*, São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte: Ed. Oficina dos Livros, 1992.

_____, Charles E. FAGAN, Brian M. *Historical Archaeology*, New York: Ed. HarperCollins, 1995.

PALACÍN, Luís. *O Século do ouro em Goiás*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

PHILERMON. *Lavras do Abade*, foto, papel, P&B, (álbum 40) 1883. (Acervo Pessoal: Tasso Marquez)

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no Silêncio da Noite: Imagens da Mulher Goiana no Século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a província de Goiás*. São Paulo: Ed. Edusp, 1975.

SANDES, Noé Freire. Memória, Nação e Região: a Identidade em Questão, In: CHAUL, Nasr Fayad. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

SENATORE, María Ximena. ZARANKIN, Andrés. Leituras da Sociedade Moderna. Cultura Material, Discursos e Práticas, In: ZARANKIN, Andrés. SENATORE, María Ximena. (Org.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*, Buenos Aires: Ed. Tridante, 2002.

ZARANKIN, Andrés. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O Caso de Buenos Aires*, Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.